

BOLETIM 769

Brasília, 11 de Abril de 2019

COMUNICADO IMPORTANTE

CONTRICOM FIRMA CONTRATO COM CAIXA PARA RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A CONTRICOM INFORMA A TODOS OS SINDICATOS E FEDERAÇÕES FILIADAS QUE FIRMOU O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA COM O PROPÓSITO DE PROMOVER A ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DESSA CONTRIBUIÇÃO.

A ÍNTEGRA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE A CONTRICOM E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PODERÁ SER ACESSADO ATRAVÉS DO SITE DA ENTIDADE: WWW.CONTRICOM.ORG.BR.

A DIRETORIA DA CONTRICOM COLOCA-SE À DISPOSIÇÃO DE SUAS ENTIDADES PARA FAZER OS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS EM RELAÇÃO A MAIS ESSE PROCEDIMENTO CONSIDERADO INDISPENSÁVEL PARA A PROMOÇÃO DA ARRECADAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E, CONSEQUENTEMENTE, A SOBREVIVÊNCIA DE NOSSAS ENTIDADES E DE SUA LUTA EM FAVOR DAS CATEGORIAS QUE REPRESENTAMOS.

BRASÍLIA, 11 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA



Centrais sindicais anunciam o 1º de Maio Unificado

As centrais sindicais os movimentos sociais anunciam, hoje, em São Paulo, o 1º de Maio 2019, que neste ano vai ser unificado. Sob forte ataque da direita e agora ainda mais sob o governo Bolsonaro o movimento sindical unifica as forças para resistir e sobreviver ao cerco político e financeiro do governo e do patronato.

O principal foco das manifestações do Dia Mundial da Classe Trabalhadora no Brasil será a luta contra a malfadada reforma da Previdência do governo Bolsonaro. A defesa do emprego e dos direitos sociais, bem como da democracia e da soberania nacional, também serão temas prioritários. E a bandeira do Lula Livre será levantada.

Ato político na capital paulista terá início às 10h e contará com a presença de representantes das centrais, de oito partidos, das mulheres e da juventude e terá diversas atrações musicais.

Fonte: Portal Vermelho



Datafolha: 'Reforma' é rejeitada por 51% do povo

A "reforma" da Previdência proposta por Jair Bolsonaro é rejeitada por 51% dos brasileiros, mostra pesquisa Datafolha, publicada nesta quarta-feira (10). São favoráveis à proposta 41%, enquanto 2% se dizem indiferentes e 7% não responderam.

As mulheres são as maiores opositoras à reforma: 56%. Atualmente, elas se aposentam aos 60 anos, com mínimo de 15 anos de contribuição. A proposta de Bolsonaro aumenta a idade mínima para 62 anos, além de pelo menos 20 anos de contribuição.

Já entre homens, 48% se dizem a favor e 45% contra, um empate técnico – dentro da margem de erro, de dois pontos. Para conseguir a aposentadoria integral, os trabalhadores terão de contribuir por 40 anos.

A maior rejeição, de 63%, aparece entre funcionários públicos. E o maior apoio entre as pessoas de renda familiar acima de 10 salários mínimos (R\$ 9.998 em 2019): 50% apoiam a reforma e 47%, são contra.

Pesquisa Vox Populi divulgada ontem aponta para rejeição ainda maior à reforma: 65% dos brasileiros são contrários à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, enquanto 26% se disseram favoráveis e outros 9% não souberam responder.

Mudanças rejeitadas - Alguns pontos específicos da proposta de Bolsonaro são ainda mais rejeitados: a maioria é contra as idades mínimas. 65% das mulheres se dizem contra os 62 anos de idade para se aposentar, enquanto 53% dos homens se opõem a mudança para 65 anos.

Também há maioria contrária a contribuir 40 anos para a aposentadoria integral: 60% rejeitam, mas 66% são favoráveis a cobrar alíquotas mais altas

de servidores que ganham mais e 72% a limitar a aposentadoria do servidor pelo teto do INSS (limite que já existe desde 2013 para servidores federais e de estados e municípios com previdência complementar).

Fonte: Rede Brasil Atual

Reforma acaba com PIS para 21 milhões de trabalhadores

A reforma da Previdência traz com ela um dispositivo que acaba com o abono do PIS para quem recebe mais de um salário mínimo. Se aprovada, os cortes retirarão R\$ 150 bi da economia.

Em 10 anos, o valor deixará de ser repassado a 90% dos assalariados com Carteira assinada, que ganham até dois salários mínimos. Isso dá 21,3 milhões de trabalhadores e equivale a 52% dos 41,2 milhões no mercado formal entre 1º de julho de 2015 e 30 de junho de 2016 - último dado disponível. Com a PEC aprovada, o abono seria pago apenas a quem ganha até um salário mínimo, ou seja, R\$ 998,00. Por ano, R\$ 15 bilhões serão subtraídos dos trabalhadores de baixa renda.

Impacto - "Isso é o equivalente a desempregar 15 milhões de trabalhadores que recebem o mínimo", afirma o presidente Sindicato dos Economistas de SP, Pedro Afonso Gomes.

Estado - No Estado de SP, por exemplo, toda a classe trabalhadora deixaria de receber o abono, pois, a partir de abril, o Piso estadual passou para R\$ 1.163,55, índice 15% superior ao salário mínimo.

DIAP - Segundo o jornalista Antônio Augusto de Queiroz, do DIAP, o corte pode tirar até 8% da renda anual de um trabalhador que recebe o PIS. "Suas famílias terão menos comida em casa. Isso é tão estapafúrdio que pobre no Brasil ficaria sem proteção do Estado", critica.

Fonte: Agência Sindical

CCJ analisará parecer da reforma a partir do dia 15

Integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara decidiram nesta quarta (10) que o debate sobre o parecer do relator da reforma da Previdência, deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), apresentado dia 9, vai começar na próxima segunda-feira (15).

Na segunda-feira, será convocada reunião extraordinária da CCJ para iniciar o debate às 14h. O tempo de fala de cada deputado foi reduzido para permitir que mais parlamentares participem. Dessa forma, os integrantes da CCJ terão dez minutos e os não membros irão dispor de cinco minutos cada, com no máximo 20 deputados não membros.

Segundo a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), a ideia é dar celeridade aos trabalhos do colegiado. “Começamos a discussão [do parecer] na segunda-feira, invade a noite se for preciso, e na terça-feira [dia 16], a gente vota, nem que seja de madrugada”, afirmou a deputada.

Segundo o vice-líder da minoria, deputado José Guimarães (PT-CE), o acordo de não obstrução dos trabalhos é para os procedimentos da discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC 6/19). “É um bom acordo para fazer um debate grande, de mérito”, afirmou. Para Guimarães, não houve consenso se a votação do parecer será na terça-feira ou na quarta-feira (17).

Parecer - Para deputado Delegado Marcelo Freitas, a proposta não está em desacordo com a Constituição e deve ser admitida pela comissão. Segundo ele, a medida não fere a segurança jurídica.

“O nosso parecer é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição também quanto às novas regras para a garantia de renda mensal



mínima para pessoa com deficiência e pessoa idosa e aposentadoria do produtor rural, com a recomendação encarecida de que a Comissão Especial, quando dos debates e deliberações relativos ao mérito, examine com profundidade a conveniência, a oportunidade e a justiça dos parâmetros fixados”, finalizou.

RECUO DO GOVERNO - O secretário especial de Previdência, Rogério Marinho, disse nesta quarta-feira (10) que o governo está disposto a debater a proposta de reforma da Previdência com o Congresso. Marinho esteve na reunião de instalação da comissão de acompanhamento da reforma da Previdência no Senado. “Acho que o mais importante no parlamento é que é quase consensual a necessidade de reformar o sistema previdenciário brasileiro. Esperamos o debate propositivo do parlamento”.

Marinho disse que o mais importante é que os deputados, sejam da base, sejam da oposição, tragam propostas para a Previdência e não apenas neguem a existência do problema. Ele ouviu questionamentos de três senadores, Eliziane Gama (Cidadania-MA), Simone Tebet (MDB-MS) e Cid Gomes (PDT-CE). As senadoras apresentaram sugestões de alterações pontuais na reforma.

Fonte: Agência Brasil



Cancelada reunião que instalaria comissão da MP 873/19 (desmonte sindical)

Pela 2ª vez consecutiva foi cancelada a reunião de instalação e eleição do presidente e vice-presidente da comissão mista destinada a proferir parecer à MP 873/19, que estava marcada para acontecer nesta quarta, sem nova data para a instalação.

A MP ainda causa grande confusão no meio sindical, pois impõe aos sindicatos movimentos jurídicos para não serem asfixiados financeiramente. Na semana retrasada, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e os presidentes das centrais e outras entidades sindicais acertaram que a MP seria alterada no Congresso Nacional ou perderia eficácia.

Tramitação Os prazos para bloqueio da pauta da Câmara dos Deputados, inicialmente, e do Senado Federal, em seguida, apenas começam a contar após a instalação da comissão mista. A instalação se dá com a eleição do presidente e vice-presidente dos trabalhos do colegiado.

Fonte: DIAP

Mutuários com um ano de serviço poderão sacar FGTS

Mutuários com um ano de trabalho com carteira assinada poderão usar o FGTS para liquidar ou amortizar o saldo devedor do financiamento imobiliário. O benefício é previsto no Projeto de Lei do Senado (PLS) 359/2015, aprovado nesta quarta-feira (10), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. O texto seguiu para a Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), a proposta reduz o tempo de serviço sob regime de FGTS exigido para a obtenção do benefício, atualmente de três anos, conforme a Lei 8.036, de 1990. O relator, senador Jayme Campos (DEM-MT), recomendou a aprovação da medida, com a rejeição de emenda que restringia a concessão aos trabalhadores menos favorecidos.

“Os prazos previstos nas modificações são justos e equilibrados. Com um ano de contrato de trabalho, sob o regime do FGTS, pode-se dizer que já há estabilidade, especialmente se considerarmos a precariedade das relações de trabalho atuais.”, avaliou Jayme Campos.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS